

RELAÇÕES DE PODER E USOS LINGUÍSTICOS: DESVELANDO OUTRA FACE

Girllayne Marques
Vinícius Nicéas¹

Universidade Federal de Pernambuco

A obra *A norma oculta*, do linguista brasileiro Marcos Bagno² (2003), traz à ordem do dia diversas reflexões sobre a língua e as relações de poder na sociedade brasileira, revelando preconceitos incutidos no discurso midiático, a partir das questões de variação linguística que foram suscitadas em virtude da eleição à presidência do Brasil, em 2002, do ex-metalúrgico Luiz Inácio Lula da Silva, oriundo de uma camada socialmente desfavorecida, de escolaridade limitada, cuja variedade linguística não é prestigiada socialmente. Nesse livro, o autor enfatiza sua luta contra o preconceito linguístico.

Esse livro apresenta questões investigadas por Bagno, no âmbito da Sociolinguística, que trata, principalmente, da variação e da mudança linguística. Nessa linha, o autor também escreveu “A língua de Eulália: novela sociolinguística” (1997), “Preconceito linguístico: o que é, como se faz” (1999), “Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística” (2007), entre outras obras. A obra em questão é de fácil leitura, bastante pontual, apresenta posicionamentos epistemológicos claros e uma contextualização bastante demarcada. Acreditamos ser uma boa leitura para o conhecimento dos fenômenos linguísticos tratados.

1. Resenha elaborada na disciplina Linguística 4, do curso de Letras da Universidade Federal de Pernambuco, ministrada pela Profa Medianeira Souza no semestre 2012.2.

2. Professor do Departamento de Línguas Estrangeiras e Tradução da Universidade de Brasília (UnB). Doutor em Filologia e Língua Portuguesa pela USP.

O livro está dividido em cinco partes (prólogo, capítulos 1, 2, 3 e epílogo), nas quais são desenvolvidas discussões sobre o preconceito linguístico e/ou social, as noções de “norma culta” e sua relação com o uso real da língua, a trajetória histórica da mudança linguística da língua portuguesa no Brasil colonial e uma proposta de gramática para o português brasileiro.

No *prólogo*, Bagno (2003), citando o linguista britânico James Milroy, caracteriza os preconceitos sociais como práticas inaceitáveis, nas quais os indivíduos fazem da língua um instrumento para a discriminação: “o último baluarte da discriminação social explícita continuará a ser o uso que uma pessoa faz da língua” (BAGNO, 2003, p. 13). Nesse direcionamento, o autor elenca alguns exemplos de preconceito linguístico realizados pela mídia brasileira sobre o modo de falar do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, demonstrando claramente que a valorização ou a estigmatização de uma variedade linguística está permeada pelas relações de poder existentes na sociedade.

Também, Bagno (2003) ressalta que não existe o preconceito estritamente *linguístico*, mas que esse é uma forma de manifestação do preconceito social, pois, em uma sociedade politicamente correta, a discriminação contra negros, índios, nordestinos, pobres, mulheres, deficientes etc. é inaceitável e, por isso, os usos linguísticos são marcados como a “parte visível” do jogo de poder atrelado aos grupos sociais, pois “o que está sendo avaliado não é apenas a língua da pessoa, mas sim a própria pessoa, na sua integridade física, individual e social” (BAGNO, 2003, p. 29).

Dois motivos são apontados por Bagno (2003) para o preconceito social estar centrado nos usos linguísticos: a aceitação da língua como um sistema sutil e complexo, estritamente ligado às mais diversas configurações sociais, sendo, inclusive, parte da constituição de identidade de seus falantes; e a capacidade cognitiva demonstrada por meio da prática linguística, pois um indivíduo ser apontado como incapaz de falar “corretamente” a própria língua materna atribui a ele um estado de incapacidade mais amplo.

O autor problematiza a noção do falar “correto”, desvelando que o que é comumente chamado *língua* é um ideal de língua, ideal que até pode ser alcançado por alguns poucos indivíduos, enquanto é considerado como “maltratado” pela maioria dos falantes. Bagno (2003) apresenta essa ideia para retirar dos usos linguísticos a caracterização de desvio da língua, de erro, pois a língua é compreendida por ele como atividade social realizada por seres humanos historicamente localizados, sendo essa língua essencialmente heterogênea e dinâmica.

Tal ideal de língua está permeado e circunscrito na norma-padrão, que, por sua vez, se reduziu ao ideal da gramática, cujo caráter é prescritivo, normativo e instrumentalista. Assim, prevalece na sociedade a relação *língua > norma > gramática*, que produz a crença de que é nas gramáticas, e nos dicionários, que se encerram as verdadeiras e corretas possibilidades de usos linguísticos.

Ainda no prólogo, Bagno (2003) problematiza os “erros” cometidos pelo ex-presidente Lula, comentados pela mídia brasileira, mostrando que tais veículos de comunicação cometiam diversos “erros” da mesma natureza. O interesse do autor é denunciar o preconceito de origem social, já que os “erros” cometidos pelo ex-presidente são motivos de estigmatização social, enquanto os cometidos pelos jornalistas não têm o mesmo efeito.

Bagno (2003) questiona a ideia vigente, inclusive nos cursos de Letras, de que há erros mais errados que outros, apontando que o grau de “erro” que um uso linguístico possui está vinculado ao grau de prestígio atribuído ao grupo ou ator social que o produz. Para Bagno (2003), os “erros” cometidos por membros socialmente prestigiados são compreendidos socialmente como descuidos ou lapsos, o que não permite margem ao preconceito.

Nessa perspectiva de investigação e denúncia, por meio das relações de poder estabelecidas e reverberadas através da língua, Bagno (2003) reconhece que a eleição de um indivíduo pertencente a uma classe

desprestigiada é um fato de importância histórica e linguística, pois tal indivíduo é também falante de uma variedade estigmatizada. Mas, para o autor, ainda que o caso de mobilidade social empreendido pelo ex-presidente Lula possa ter contribuído no combate ao preconceito linguístico no Brasil, esse caso confirma o estigma sofrido pelas variedades linguísticas ligadas a grupos socialmente desprestigiados.

No *primeiro capítulo*, Bagno (2003) explora as noções de *norma culta*, apontando o abismo que há entre a prescrição realizada na gramática normativa e o uso da língua pelos falantes em situações reais de comunicação. Norma culta pode ser entendida, salienta Bagno, como regras prescritivas para usos da língua, como defendem os gramáticos, ou como as realizações de falantes urbanos considerados cultos, segundo critérios de escolarização, como nos estudos do projeto NURC³. Nessa perspectiva, desvela-se um preconceito (oculto, ou não) em relação aos falantes que não se utilizam da língua nessas condições, que representam a maioria dos falantes do país.

A discussão trazida por Bagno (2003) reflete o panorama das relações sociais que se estabelecem via linguagem. A norma culta, também chamada norma-padrão, é apresentada como o modelo de língua a ser vivenciado. Isso traz à tona o imaginário de que os brasileiros não sabem a língua portuguesa, pela não identificação com a variedade prestigiada. Esquece-se que a língua é a própria interação e que aprender a gramática não é aprender a língua. Muitas vezes, essa “necessidade” de inserção nas relações sociais via linguagem dão lugar a um “português policiado”, fato que reveste a situação comunicativa de certa artificialidade. Esse imaginário, segundo Bagno (2003, p. 191), é “garantia suficiente para a inserção do

3. Projeto de estudo da *Norma Linguística Urbana Oral Culta* do Brasil, desenvolvido nas cidades de Recife (UFPE), Salvador (UFBA), Rio de Janeiro (UFRJ), São Paulo (USP) e Porto Alegre (UFRGS), objetiva descrever os padrões de uso na comunicação oral adotados pelo estrato social constituído de falantes com escolaridade de nível superior.

indivíduo na categoria dos que podem falar; dos que sabem falar, dos que têm direito à palavra”.

Bagno (2003) discute também outros conceitos que são importantes nos estudos de variação linguística, Dentre eles, trata da noção de *norma-padrão*, considerada como o modelo ideal de língua, algo acima da atividade linguística dos falantes. Essa norma é o parâmetro para a classificação de usos certos e/ou errados. O autor também chama a atenção para as variedades linguísticas e sua categorização: *variedade de prestígio* e *variedades desprestigiadas*, que apontam quais usos linguísticos realizados pelos falantes são aceitos e quais não são aceitos na sociedade, respectivamente.

Ainda no tocante às variedades, Bagno (2003) trata das *variedades estigmatizadas*, que são as variedades linguísticas, alvo do preconceito dos falantes que não a utilizam. E esse preconceito não é, apenas, sobre o uso linguístico, mas, principalmente, com o falante que utiliza essas variedades. Daí a afirmação de que o preconceito é social, reconhecido socialmente nos usos linguísticos.

Outros conceitos que compõem os estudos nessa perspectiva da Sociolinguística também são apresentados por Bagno (2003), a exemplo do conceito de *norma, normativo, culto*, dentre outros. Esse primeiro capítulo, visivelmente mais teórico, abrange as noções necessárias para a proposta de discussão da obra. Essas noções também fazem parte de outras obras do autor que tratam dessa temática, que aponta a necessidade de se ter claros os conceitos com os quais se busca entender um fenômeno.

No *segundo capítulo*, Bagno (2003) desenvolve um panorama histórico do processo de inserção e consolidação do português como a língua oficial do Brasil. O autor enfatiza o abismo que separa o ideal de língua portuguesa apresentado nas gramáticas e a língua usada pelos falantes brasileiros. Ele também ressalta a diferença na aceitação de uma variedade linguística, a de prestígio, e a rejeição de outras variedades, as desprestigiadas, apontando o preconceito social manifestado por meio das atividades linguísticas.

Na sociedade brasileira, as diferenças linguísticas evidenciadas, principalmente pela mídia, tornam-se alvos de debate e se transformam em instrumentos para o preconceito social, pois os grupos que detêm o poder econômico e político também detêm poder sobre o discurso, produzindo práticas sociais nas quais as variedades linguísticas que se distanciam da variedade dos grupos poderosos estão erradas e precisam ser silenciadas.

Historicamente, a condição de povo colonizado contribui para esse silenciamento quando se trata de falar *português*: é comum ouvir pessoas afirmando “não saber falar português”, quando na verdade é o ideal de língua que não faz parte dos seus usos linguísticos. Tal ideal de língua se apresenta também no objetivo de unificar a língua falada e escrita aqui no Brasil à língua usada na Península Ibérica.

Tal fenômeno pode ser explicado se considerarmos que até a Independência do Brasil, em 1822, nosso território era uma extensão marítima de Portugal e vivíamos os hábitos culturais daquele povo. Somada a isso, tivemos a ordem do Marquês de Pombal que elegeu a língua portuguesa como a única a ser praticada e ensinada no país, o que enfatiza a dominação política e econômica de Portugal, desenvolvendo também uma dominação cultural, que passou também pela língua, por ser um bem cultural dos mais ricos.

Bagno (2003) aponta que a língua nacional, após a Independência do Brasil, ficou sob a responsabilidade de um grupo social que em muito se assemelhava ao colonizador europeu. Assim, as reflexões sobre uma língua brasileira eram feitas por um grupo que, não representando a maioria do povo brasileiro, não tinha compromisso com as questões sociais desse povo. Dessa forma, no que tange às questões linguísticas do ponto de vista político, podemos inferir que não há diferenças significativas entre o Brasil Colonial e o Brasil Imperial. Essa “inércia” político-linguística se perpetuou na República, quando as questões referentes à língua continuaram nas mãos de pequenos grupos oligárquicos, com destaque para a Academia Brasileira

de Letras, que, segundo Bagno (2003), até hoje promove uma defesa da língua portuguesa de seus próprios falantes.

No início do século XX, as discussões giraram em torno dos efeitos estéticos ligados à língua e nas reflexões empreendidas neste período. Além dos equívocos de cunho social, também são perceptíveis equívocos de natureza linguística, ao se negligenciar que um país culturalmente tão heterogêneo quanto o Brasil não apresentaria uma língua igualmente heterogênea. Podemos acrescentar que essa heterogeneidade viria a ser acentuada ainda mais na primeira metade do século XX através dos processos migratórios de europeus para a América do Sul.

Nesse período, a política brasileira estava vinculada ao Estado Novo de Getúlio Vargas e, com um projeto político nacionalista que temia uma intervenção de ideologias políticas contrárias, o governo ditatorial desse período chegou até a considerar “crime idiomático” a prática social de idiomas que não fossem o português, sendo as colônias italianas e alemãs nas regiões Sul e Sudeste os maiores alvos dessa perseguição.

Após esse período, iniciou-se o processo de democratização da educação básica, mas o desenvolvimento desse processo não foi satisfatório nos termos de promover um ensino de língua mais democrático nas escolas brasileiras. Associado a isso, tem-se o pouco acesso da população a textos escritos, o que dificultava o contato com a língua mais formal⁴.

Esse percurso histórico traçado pelo autor permitiu questionar se a norma-padrão difundida no Brasil leva em consideração os aspectos linguísticos reais do país, expondo as nuances sociais dessa sociedade, que não só reflete essas desigualdades na língua, mas também não aceita essa heterogeneidade. Assim, Bagno (2003) deseja e propõe ser tarefa dos sociolinguistas o enfrentamento dessa opressão social, contribuindo com a elaboração de um estudo descritivo do português falado e escrito no Brasil.

4. Vale salientar que a primeira gráfica instalada no Brasil data de 1808, com a chegada da Família Real Portuguesa.

No *terceiro capítulo*, partindo do exemplo da Gramática do Português para estrangeiros de Mário Perini, Bagno (2003) discute a necessidade de se produzir uma gramática que dê conta da variação e das mudanças linguísticas que a língua sofre e sofreu ao longo do tempo, deixando de lado as gramáticas de cunho prescritivo, as quais apresentam regras que nem os falantes ditos “cultos” realizam integralmente em todos os seus discursos.

Tecendo mais uma crítica à gramática normativa e, com isso à ideia de língua “certa” ou “errada”, a proposta de gramática trazida por Bagno (2003) propiciaria uma mudança nas ações de preconceito social, “emoldurado” no preconceito linguístico. Essa proposta poderia funcionar como um impulso na modificação das relações sociais brasileiras a partir da linguagem.

Podemos observar que o preconceito existente nas relações sociais brasileiras vai além do uso linguístico ao se comparar, por exemplo, a repercussão da eleição do ex-presidente Lula com a eleição da atual presidente Dilma Rousseff. Ambos fazem parte do mesmo partido político e comungam das mesmas ideologias. Porém a presidente, ou “presidenta”, Dilma Rousseff não compartilha das mesmas variáveis sociais do ex-presidente Lula e não houve questionamentos sobre a variedade linguística da atual presidente, o que confirma a relação preconceituosa como algo maior do que apenas as questões linguísticas⁵.

No *epílogo*, Bagno (2003) novamente observa que a variação linguística é uma realidade inegável, pois situações de comunicação distintas e diferentes graus de formalidade permitem formas de produção discursiva distintas, formas essas correspondentes a cada situação e grau de formalidade. As relações entre língua e poder, nas situações em que o

5. Houve uma discussão sobre identidade de gênero, pois Dilma Rousseff se afirmava como “presidenta”, no lugar do termo comum “presidente”. Porém, isso não se constituiu como um preconceito e apesar de não ter havido consenso, não se prolongou o debate sobre a questão.

preconceito social está presente, são sustentadas, também, pela prescrição gramatical, bem como pelo imaginário de bom falante da língua, o faltante dito *culto*.

A “norma oculta”, que dá nome à obra de Bagno (2003), é, então, o jogo ideológico escondido nas relações sociais com as regras gramaticais da língua. E é esse jogo, revelado na discriminação e no preconceito social, que deve ser combatido e vencido.

Nesse livro de Bagno, encontramos uma válida discussão acerca da compreensão da variação e da mudança linguística, bem como das relações sociais as quais estão imbricadas. Recomendamos a leitura dessa obra aos interessados nos estudos linguísticos, estudantes de graduação em Letras e aos que desejarem ampliar seu conhecimento a respeito dessas questões. Outra obra nessa perspectiva é *Política da norma e conflitos linguísticos*, organizada por Bagno e Lagares, publicada em 2011, pela Parábola Editorial, a qual também indicamos para leitura sobre esse tema.

Referências

- BAGNO, Marcos. *A Língua de Eulália*: novela sociolinguística. São Paulo: Contexto, 1997.
- BAGNO, Marcos. *Preconceito linguístico*: o que é, como se faz. São Paulo: Edições Loyola, 1999.
- BAGNO, Marcos. *A norma oculta*: língua & poder na sociedade brasileira. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.
- BAGNO, Marcos. *Nada na língua é por acaso*: por uma pedagogia da variação linguística. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- LAGARES, X. C.; BAGNO, Marcos (orgs.). *Política da norma e conflitos linguísticos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.